

Verbete: Restauro dos Monumentos*

O propósito de restaurar os monumentos, seja para consolidá-los, reparando-os das injúrias do tempo, seja para reconduzi-los a uma nova função de vida, é conceito de todo moderno, paralelo àquela postura de pensamento e de cultura que vê nos testemunhos construtivos e artísticos do passado, qualquer que seja o período a que pertençam, um tema que merece respeito e que demanda cuidados.

Na prática, as providências que são voltadas à descoberta, à conservação e à valorização do patrimônio

* Publicado originalmente em: *Enciclopedia Italiana*, Milano, Istituto della Enciclopedia Italiana (Treccani), 1936, vol. 29, pp. 127-130. Além de “Restauro dos Monumentos”, o verbete “Restauro” tem continuidade também com os itens: “Pinturas. Esculturas. Objetos Artísticos” (pp. 130-136) escrito por Umberto Cialdea e “Restauro dos Livros e dos Manuscritos” (p. 136) de autoria de Gino Testi, que não foram aqui traduzidos (N. da T.).
Tradução: Beatriz Mugayar Kühl.

monumental que nos foi deixado pelos séculos, são operados em dois tempos, a saber, a escavação e o restauro propriamente dito.

Esses problemas atingiram, na Itália, o valor essencial de uma questão nacional pela importância e pelo número de obras arquitetônicas de todos os tempos, disseminadas nas várias regiões do país, pelo caráter múltiplo dessas obras, pela glória, pela poesia, pela beleza que conferem às nossas cidades, em muitas das quais todo o ambiente assume o caráter de monumento. A esse caráter responde, por um lado, a legislação italiana no campo das antiguidades e das belas-artes, a qual, ao fixar normas precisas para a tutela de obras de arte públicas ou privadas, estabeleceu como seu objeto não apenas os monumentos maiores, mas também edifícios modestos, com importante interesse histórico e artístico, e os elementos que constituem o ambiente; por outro lado, respondem a isso também a doutrina e a técnica agora já consolidadas sobre esse tema, e a atividade concreta que nos últimos cinquenta anos deu resultados de grande importância, a ponto de se poder dizer que o restauro dos monumentos é uma das poucas características bem determinadas na produção arquitetônica italiana deste tempo.

Até o início do século XIX, apesar de não faltar exemplos de edifícios continuados segundo um desenho primitivo (como nas catedrais de Milão, de Florença e de Orvieto), ou de antigos monumentos adaptados em correspondência ao primitivo conceito (Panteão e Templo de Saturno em Roma, S. Apolinário Novo de

Ravenna etc.), o princípio normal era aquele de sobrepor a arte do próprio tempo à antiga, ou destruindo, ou mascarando, ou acostando. Os primeiros restauros dignos do nome foram, no período tipicamente arqueológico do império napoleônico e da restauração papal, aqueles voltados para a liberação e para a recomposição dos monumentos clássicos em Roma, como os templos dos Dióscuros e de Vespasiano, o Arco de Tito, a Basílica Ulpia, o Coliseu*.

Em seguida, os conceitos estenderam-se a monumentos de outros períodos, como, na França, àqueles da Idade Média, valorizados pelo pensamento romântico e pelo orgulho nacional, e a aplicações sempre mais amplas do ponto de vista prático e técnico. Léon, ao traçar a história das restaurações francesas, distingue um período empírico, um doutrinário dominado pela teoria de Viollet-le-Duc e, por fim, um experimental, que tende a aperfeiçoar a técnica da estrita conservação, colocando em ação todos os recursos oferecidos pelos materiais e pelos procedimentos modernos**.

* Ver nota na página 187 da tradução anterior, “A Restauração dos Monumentos na Itália” (N. da T.).

** O autor refere-se a Paul Léon. Na bibliografia cita o texto: *Les Monuments Historiques, Conservation, Restauration*, Paris, Renouard, 1917. No caso específico dessa classificação em períodos empírico, doutrinário e experimental, é relevante lembrar que aparece no texto de Léon referente à sua apresentação durante a conferência que resultou na Carta de Atenas, de restauração, de 1931, em que estava presente Giovannoni. Ver: Paul Léon, “La Restauration des Monuments en France”, *La Conservation des Monuments d’Art et d’Histoire*, Paris, Institut de la Coopération Intellectuelle, Office International des Musées, 1933, pp. 51-59. Ver ainda de Léon: *La Vie des Monuments Français*, Paris, Picard, 1951 (N. da T.).

As numerosas teorias desenvolvidas em torno do tema dos restauros responderam a tendências bastante variadas.

Por parte dos arqueólogos e dos historiadores da arte é constante o conceito que, ao considerar prevalentemente os monumentos como tema de estudo e como documento histórico, pretende excluir qualquer acréscimo e qualquer redução e quer conservar todas as fases de seu desenvolvimento, admitindo apenas providências estáticas de conservação e de reforço. Por vezes, a ânsia de adquirir conhecimento fez quase prescindir de tais preocupações vitais; com efeito, frequentemente as escavações empreendidas com excessivo entusiasmo levaram a arruinamentos rápidos, por não serem seguidas pela paciente, ignorada e custosa obra de sistematização e consolidação.

A essa tendência quase negativa com frequência vimos associarem-se escritores românticos, como J. Ruskin, que pensa que se devam deixar os monumentos morrer serenamente, apesar de procurar afastar o dia fatídico com algumas obras honestas e simples de apoio provisório.

No extremo oposto está a concepção que pode ser chamada de arquitetônica, que vê nos monumentos a função de arte e, sobretudo, o valor unitário de forma e estilo. Delineia-se assim a figura da repristinação, perigosa porque conduz quase fatalmente ao arbitrário e ao falso e por que resulta amiúde de tendências personalistas de comitentes e arquitetos.

Representante máximo dessas tendências foi Viollet-le-Duc, que tomava por tema os monumentos-tipo, representantes de uma época e de um estilo e se propunha a reconduzi-los à sua integridade original, como havia sido ou como deveria ter sido, substituindo as partes faltantes com elementos novos deduzidos de monumentos similares e destruindo as fases posteriores. Na França, na segunda metade do século XIX, objeto desse tipo de atividade restauradora foram, sob a direção da *Commission des Monuments Historiques*, as grandes catedrais do século XIII; as aplicações foram frequentes, no entanto, mesmo nas outras nações, como, por exemplo, no acostamento de novas fachadas em estilo antigo em Colônia, em Florença, em Arezzo ou na decoração do interior em Aachen e Pádua, ou em completas reconstruções em Bolonha, Milão e Messina.

Entre os dois conceitos antitéticos acima expostos abriu caminho uma teoria intermediária, sustentada na Itália por C. Boito e G. Giovannoni. Preconiza dar a máxima importância às obras de manutenção e consolidação, voltadas a salvar o próprio organismo da obra; limita os casos de repristinação àqueles em que seja demonstrada a legitimidade e a utilidade, mas, mais do que com a unidade arquitetônica, preocupa-se com a salvaguarda, no monumento, de todas as obras de tempos variados que tenham um caráter artístico. Nos elementos acrescentados requer que a documentação seja precisa, com a marcação de datas e siglas e com a adoção, no completamento de formas antigas, de materiais diversos

dos primitivos e perfis e ornamentos esquemáticos, de modo a obter um efeito sintético sem o engano da imitação precisa, segundo o clássico exemplo do restauro do Arco de Tito feito por G. Valadier. Nos desenvolvimentos de construção completamente nova, a obra deve aparecer de todo moderna, valendo-se de expressões simples e coerentes com a construção, quase como elementos neutros que não acrescentam formas estilísticas nem em harmonia, nem em contraste.

Esses critérios devem ser mais bem esclarecidos com algumas distinções. Uma é aquela entre monumentos mortos e monumentos vivos*, sendo os primeiros afastados da arte e da civilização modernas, respondendo, os segundos, a um conceito e a uma destinação que ainda subsiste. Estão entre os primeiros os monumentos da Antiguidade, para os quais se deve ordinariamente excluir uma utilização prática e uma transformação do estado de ruína com o acréscimo apenas de obras essenciais. Entre os segundos, há os palácios e igrejas, para os quais pode parecer oportuno do ponto de vista prático e, com frequência, também ideal, reconduzi-los a uma função concreta não muito distante da primitiva, de modo que o problema da repriminção, mesmo circundado de toda garantia, volta a apresentar-se.

Outra classificação pode ser feita em relação aos temas prevalentes nas restaurações: restauros de consolidação, em que todos os recursos da técnica, e espe-

* Ver nota na página 185 da tradução anterior, “A Restauração dos Monumentos na Itália” (N. da T.).

cialmente das moderníssimas estruturas de ferro ou de concreto armado, são chamados a contribuir para dar solidez e resistência às construções fatigadas, decadentes, lacunosas; restauros de recomposição (anastilose), quando os elementos, ordinariamente de pedra talhada, retornam ao próprio lugar com acréscimo apenas de partes secundárias faltantes; restauros de liberação, quando se retiram massas amorfas que, no exterior ou no interior, encobrem o monumento e este último retoma seu aspecto artístico simples ou múltiplo; restauros de completamento ou de renovação, em que os acréscimos, respondendo aos princípios enunciados acima, tendem a reintegrar a obra ou a utilizá-la com elementos novos.

Na Itália esse campo tão vasto e significativo de atividade possui uma organização estatal, que, com uma preparação específica numa matéria tão delicada que nenhuma outra secretaria poderia ter, possui o encargo de fiscalizar, guiar, promover e realizar estudos e obras. As Superintendências das Antiguidades e da Arte Medieval e Moderna têm, com efeito, essa função, como organismos periféricos da Direção das Antiguidades e Belas-Artes do Ministério da Educação Nacional, do qual o Conselho Superior das Antiguidades e Belas-Artes, nas suas seções 1^a e 2^a, é o órgão consultor, ao qual compete emitir parecer sobre os casos singulares, mantendo unidade de critérios e de juízo.

Nessa unidade pode, com efeito, ser verificada a constância, em cerca de um quarto de século, na aplicação, mesmo adaptada às cambiantes e complexas exigên-

cias da realidade, dos conceitos da teoria intermediária que foi enunciada acima. Foram recentemente consubstanciados numa “Carta de Restauração”* que é, ou deveria ser, cânone fundamental para as superintendências e para as iniciativas por elas controladas.

Os pontos principais dessa Carta são:

1. Que acima de qualquer outra intenção deva ser atribuída a máxima importância aos cuidados assíduos de manutenção e às obras de consolidação, voltadas a dar novamente ao monumento a resistência e a durabilidade perdida com os danos ou as desagregações.
2. Que o problema da repristinação, movido pelas razões da arte e da unidade arquitetônica, estritamente conjugadas com o critério histórico, possa ser colocado apenas quando se basear em dados absolutamente seguros fornecidos pelo monumento a ser repristinado – e não em hipóteses – em elementos em grande parte existentes, em vez de elementos prevalentemente novos.

* Carta del Restauro Italiana. Consiglio Superiore per le Antichità e Belle arti, Norme per il Restauro dei Monumenti (dezembro de 1931). Note-se que quando proferiu a conferência em Atenas, a Carta Italiana ainda não havia sido promulgada. A atuação de Giovannoni, e de sua maneira de ver o restauro, teria ainda enorme repercussão normativa nas Istruzioni per il Restauro dei Monumenti, da Direzione Generale delle Antichità e Belle Arti (posterior a 1938). Esse empenho de construção normativa culminaria na nova lei de tutela, incentivada por Giuseppe Bottai, a lei n. 1089 de junho de 1939, sobre a tutela dos bens de interesse histórico-artístico. (Cf. Giovanni Carbonara, *Avvicinamento al Restauro*, Napoli, Liguori, 1997, p. 244) (N. da T.).

3. Que nos monumentos já distantes dos nossos usos e da nossa civilização, como são os monumentos antigos, deva ser ordinariamente excluído qualquer completamento; deve ser considerada apenas a anástilose, isto é, a recomposição de partes existentes desmembradas com o acréscimo eventual de elementos neutros que representem o mínimo necessário para integrar as formas e assegurar as condições de conservação.
4. Que nos monumentos denominados vivos, sejam admitidas apenas utilizações não afastadas das destinações primitivas, de modo a não produzir, nas adaptações necessárias, alterações essenciais no edifício.
5. Que sejam conservados todos os elementos que possuam um caráter de arte ou de recordação histórica, pertencentes a qualquer tempo, sem que o desejo da unidade estilística e do retorno à forma primitiva se volte a excluir alguns em detrimento de outros; somente podem ser eliminados os que – como o tamponamento de janelas ou de intercolúnios de pórticos –, desprovidos de importância e de significado, representem deturpações inúteis; mas o juízo sobre esses valores relativos e sobre as eliminações correspondentes deve ser, em todos os casos, convenientemente avaliado, e não remetido a um juízo pessoal do autor de um projeto de restauro*.

* Note-se a grande semelhança dessa proposição com o artigo 11 da Carta de Veneza em que, no final, reitera-se que o “julgamento do valor dos

6. Que conjuntamente com o respeito pelo monumento e pelas suas várias fases acompanhe aquele por suas condições ambientais, que não devem ser alteradas por isolamentos inoportunos, por construções de novos edifícios próximos, invasivos por volume, por cor, por estilo.
7. Que nos acréscimos que se demonstrarem necessários, ou para consolidar, ou para atingir o objetivo de uma reintegração total ou parcial, ou para a utilização prática do monumento, o critério essencial a ser seguido deva ser, além daquele de limitar esses elementos novos ao mínimo possível, dar-lhes, ademais, um caráter de nua simplicidade e de conformidade ao esquema construtivo; podem ser admitidas em estilo similar apenas a continuação de formas existentes nos casos em que se trate de expressões geométricas desprovidas de individualidade decorativa.
8. Que, de todo modo, esses acréscimos devam ser acurada e devidamente desenhados, ou com o emprego de material diverso do primitivo, ou com a adoção de formas, para a continuação, simples e privadas de entalhes, ou com a aplicação de siglas ou de epígrafes, de modo que nunca um restauro

elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto”. Para mais análises sobre a Carta de Veneza e suas relações com a Carta de Atenas ver: Beatriz Mugayar Kühl, “Notas sobre a Carta de Veneza”, *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 2010, vol. 18, n. 2, pp. 287-320 (em versão eletrônica através de www.scielo.br) (N. da T.).

executado possa induzir ao engano os estudiosos e representar uma falsificação de um monumento histórico.

9. Que, com o objetivo de reforçar conexões fatigadas de um monumento ou de reintegrar sua volumetria, todos os meios construtivos moderníssimos possam oferecer ajuda preciosa; é oportuno deles se valer quando a adoção de meios construtivos análogos aos antigos não atinja o objetivo; semelhantemente, os subsídios experimentais das várias ciências devem ser chamados a contribuir para todos os outros temas, simples e complexos, de conservação das estruturas degradadas, para as quais os procedimentos empíricos devem ceder lugar àqueles rigorosamente científicos.
10. Que nas escavações e nas ações que tornam novamente visíveis antigas obras, o trabalho de liberação deva ser metódica e imediatamente seguido pela sistematização das ruínas e da proteção permanente das obras de arte descobertas que possam ser conservadas *in situ*.
11. Que, tal como na escavação, no restauro dos monumentos seja uma condição essencial e taxativa que uma documentação precisa acompanhe os trabalhos mediante relatórios analíticos, presentes num caderno de restauração e ilustrados com desenhos e com fotografias, de modo que todos os elementos determinados na estrutura e na forma do monumento, todas as fases das obras de recomposição, de

liberação e de completamento, fiquem registrados de modo permanente e seguro.

Entre os mais notáveis monumentos restaurados em tempos recentes ou recentíssimos, mas nem sempre respondentes às diretrizes que inspiraram a Carta de Restauração, devem ser lembrados na Itália: em Veneza, a Basílica de S. Marcos; em Trieste, S. Justo; em Nápoles, a Igreja de S. Maria de Donnaregina e Castel Nuovo; em Milão, o Castelo Sforzesco, a *Loggia* dos Osê e Palácio Marino; em Pavia, o Castelo Sforzesco; em Poppi, o Castelo dos Condes Guidi; em Florença, a Igreja dos SS. Apóstolos, além das fachadas de S. Maria del Fiore e de S. Cruz, bastante discutidas; em Roma, as igrejas de S. Maria in Cosmedin, de S. Sabina, de S. Saba, de S. Jorge em Velabro, de S. Estevão dos Abissínios e os monumentos dos Fóruns Imperiais, o Templo da Fortuna Viril e o Teatro de Marcelo; em Pienza, a catedral; em Vercelli, S. André; em Turim, o Palácio Madama; os castelos do vale do Aosta; em Gubbio, o palácio dos cônsules; em Perugia, o palácio da cidade; em Ferentillo, a igreja; em Bari, S. Nicolau e a catedral; em Ancona, S. Ciriaco e S. Maria a Piazza; em Aquileia, a catedral; em Bolonha, o grupo das igrejas de S. Estevão e os vários edifícios privados, cuidados pela Bolonha Histórico-Artística; em Verona, o Arco dos Gavi; em Ferrara, o Palácio de Ludovico, o Mouro; em Viterbo, a *loggia* dos papas; na Apúlia, Castel del Monte; em Trípoli, o Arco de Marco Aurélio; em Veneza, o palácio ducal, o campanário de S. Marcos, a Ca' d'Oro; em S. Gimignano, a porta S. João;

em Trento, o Castelo do Buon Consiglio; em Gradara, a Rocca; em Pompéia, a basílica, átrios e cômodos de casas; em Pesaro, o Palácio Ducal; em Mântua, S. Sebastião e o Palácio Ducal; em Orvieto, o Palácio do Capitano del Popolo e S. André; em Messina, a catedral; em Siracusa, a catedral; em Gênova, S. Agostinho e a fachada de S. Lourenço; em Ravenna, S. Vitale e o Mausoléu de Galla Placidia etc.

No estrangeiro, recordamos: na França, o palácio dos papas em Avignon; na Inglaterra, a abadia de Westminster e S. Paulo em Londres; na Grécia, os monumentos da Acrópole de Atenas e os palácios de Cnossos em Creta.

Bibliografia:*

DALY, César. “L’Archéologie aux Prises avec l’Architecture”. *Revue Générale de l’Architecture et des Travaux Publics*, 1845, vol. 6, cols. 70-76; 273-275.

DIDRON, Adolphe. “Réponse des Annales Archéologiques”. *Revue Générale de l’Architecture et des Travaux Publics*, 1845, vol. 6, cols. 275-278.

VIOUET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Dictionnaire Raisonné de l’Architecture Française du XI au XVI siècle*. 10 vols. Paris, Librairies-Imprimeries Réunies, s.d.**

———. “Entretien et Restauration des Cathédrales de France”. *Revue Générale de l’Architecture et des Travaux Publics*, 1851, vol. 9, cols. 3-17.

* As referências bibliográficas foram mantidas na ordem apresentada pelo autor (não alfabética); como no texto original estavam apresentadas de maneira sucinta, abreviada e sem vários itens, neste livro foram completadas na medida do possível (N. da T.).

** E. E. Viollet-le-Duc, *Restauração*, Cotia (SP), Ateliê Editorial, 2000.

- _____. *Rapport aux Inspecteurs des Édifices Diocésains*. Paris, 1873.
- STEVENSON, John James. *Architectural Restoration: Its Principles and Practice*. A paper read at the Royal Institute of British Architects, on the 28th of May, 1877. London, W. Clowes and Sons, 1877.
- BOITO, Camillo. *Questioni Pratiche delle Belle Arti. Restauri, Corsi, Legislazione, Professione, Insegnamento*. Milano, Hoepli, 1893.
- RUSKIN, John. *The Seven Lamps of Architecture**.
- SCHMIT, P. *L'Architecture des Monuments Religieux*. Paris, 1784.
- CLOQUET, Louis. "La Restauration des Monuments Anciens". *Revue de l'Art Chrétien*, 1901, pp. 498-503; 1902, pp. 41-45.
- RUCKER, F. *Les Origines de la Conservation des Monuments Historiques en France*. Paris, Jouve, 1913.
- LA TUTELA *delle Opere d'Arte in Italia*. Roma, Ministero della pubblica istruzione, 1913.
- LÉON, Paul. *Les Monuments Historiques, Conservation, Restauration*. Paris, Renouard, 1917.
- RUBBIANI, A. *Di Bologna Riabellita*. Bologna, 1913.
- RELAZIONI *della Commissione Tecnica per lo Studio delle Condizioni del Campanile di Pisa*. Roma, Ministero della pubblica istruzione, 1913.
- CALZA, Guido. "Scavo e Sistemazione di Rovine". *Buletтино della Commissione Archeologica Comunale di Roma*, 1916.
- PALMIERI, A. "La Chimica e la Fisica nella Conservazione dei Monumenti". In: *Atti del Reale Istituto d'Incoraggiamento di Napoli*, serie 5, vol. IV.
- GIOVANNONI, Gustavo. *Questioni di Architettura nella Storia e nella Vita*. Roma, Società d'Arte Illustrata, 1925.
- GIGLIOLI, G. Q. "Restauro di Capolavori dell'Architettura Antica". *Architettura ed Arti Decorative*, 1924.
- Ver ainda: Atas dos congressos internacionais dos arquitetos; Atas da conferência Internacional de Atenas para a restauração de monumentos (1931) em *Mouseion* (1932); os vários volumes de relatórios de cada Superintendência de monumentos da Itália.

* John Ruskin, *A Lâmpada da Memória*, Cotia (SP), Ateliê Editorial, 2008 (N. da T.).